

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 3704/2023-PGJ, DE 6.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça José Luiz Rodrigues para, sem prejuízo de suas funções, atuar em audiência admonitória no dia 24.7.2023, no prédio do Centro Integrado de Justiça (Cijus), na comarca de Campo Grande.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3660/2023-PGJ, DE 5.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Procuradora de Justiça Lucienne Reis D’Avila 2 (dois) dias de compensação nos dias 18 e 19.9.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 17 a 24.4.2023, nos termos dos artigos 31 e 33 da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3710/2023-PGJ, DE 6.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Aline Mendes Franco para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 1ª Vara do Juizado Especial Central (1) da comarca de Campo Grande no dia 11.7.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3661/2023-PGJ, DE 5.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Patrícia Almirão Padovan 1 (um) dia de compensação no dia 13.7.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 31.10 a 2.11.2020, nos termos dos artigos 31 e 33 da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3711/2023-PGJ, DE 6.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Luz Marina Borges Maciel Pinheiro para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 1ª Vara do Juizado Especial Central (1) da comarca de Campo Grande no dia 13.7.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3770/2023-PGJ, DE 10.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça George Zarour Cezar 4 (quatro) dias de compensação no período de 18 a 21.7.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos dias 18 e 19.3 e 15 e 16.4.2023, nos termos dos artigos 31 e 33 da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3773/2023-PGJ, DE 10.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Ronaldo Vieira Francisco 4 (quatro) dias de compensação no período de 25 a 28.7.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no dia 3.4.2023 e no período de 6 a 9.4.2023, nos termos dos artigos 31 e 33 da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3724/2023-PGJ, DE 6.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Antonio André David Medeiros 5 (cinco) dias de férias compensatórias no período de 11 a 15.12.2023, referentes ao feriado forense de 20.12.2022 a 6.1.2023, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 284, de 11 de novembro de 2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3658/2023-PGJ, DE 5.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Rosalina Cruz Cavagnolli 1 (um) dia de compensação no dia 16.10.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 25.1 a 1º.2.2021, nos termos dos artigos 31 e 33 da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3714/2023-PGJ, DE 6.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Élcio Félix D’Angelo para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Assessoria Especial do Corregedor-Geral do Ministério Público 2, ASCG 2, nos períodos de 18 a 21.6.2023 e 23 a 30.6.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Antonio André David Medeiros.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3706/2023-PGJ, DE 6.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Thiago Barile Galvão de França 15 (quinze) dias de licença-paternidade, a partir de 1º.7.2023, nos termos dos artigos 139, inciso VI, e 154 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 153, de 6.7.2011.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3715/2023-PGJ, DE 6.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Nicolau Bacarji Junior para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 46ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no período de 4.7 a 2.8.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Paulo Henrique Camargo Iunes.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3733/2023-PGJ, DE 6.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior 5 (cinco) dias de compensação no período de 10 a 14.7.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos dias 22, 23, 29 e 30.5.2021 e no período de 3 a 6.6.2021, nos termos dos artigos 31 e 33 da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3716/2023-PGJ, DE 6.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Thiago Barile Galvão de França para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Pedro Gomes no período de 24 a 28.7.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Andre Luiz de Godoy Marques.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3728/2023-PGJ, DE 6.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos 2 (dois) dias de compensação nos dias 13 e 14.11.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 29.5 a 5.6.2023, nos termos dos artigos 31 e 33 da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3717/2023-PGJ, DE 6.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça da comarca de Sete Quedas no período de 17 a 21.7.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Leonardo Dumont Palmerston.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3727/2023-PGJ, DE 6.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Magno Oliveira João 3 (três) dias de compensação no período de 19 a 21.7.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos dias 20 e 21.10 e 8.12.2018, nos termos dos artigos 31 e 33 da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3718/2023-PGJ, DE 6.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Thiago Bonfatti Martins para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã no período de 19 a 21.7.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Magno Oliveira João.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3726/2023-PGJ, DE 6.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Reynaldo Hilst Mattar 4 (quatro) dias de compensação no período de 7 a 10.8.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 17 a 24.6 e 1º a 8.7.2019, nos termos dos artigos 31 e 33 da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3719/2023-PGJ, DE 6.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Andréa de Souza Resende para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial Adjunto (2) da comarca de Ponta Porã no período de 19 a 21.7.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Magno Oliveira João.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 3725/2023-PGJ, DE 6.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça João Meneghini Girelli 4 (quatro) dias de compensação no período de 10 a 13.7.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 28 a 30.10.2022 e no dia 3.12.2022, nos termos dos artigos 31 e 33 da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 3720/2023-PGJ, DE 6.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça José Maurício de Albuquerque para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana no período de 10 a 13.7.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça João Meneghini Girelli.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 3723/2023-PGJ, DE 6.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Antonio André David Medeiros 3 (três) dias de compensação nos dias 27.11 e 18 e 19.12.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 20 a 27.3.2023, nos termos dos artigos 31 e 33 da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 3659/2023-PGJ, DE 5.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Procuradora de Justiça Lucienne Reis D’Avila 5 (cinco) dias de férias remanescentes, referentes aos períodos aquisitivos 2019/2020 e 2021/2022, a serem usufruídos no período de 11 a 15.9.2023, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3560/2023-PGJ, DE 3.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 10 (dez) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Leonardo Dumont Palmerston, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos no período de 24.7 a 2.8.2023, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com suas alterações (PGA nº 09.2023.00005887-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3678/2023-PGJ, DE 6.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça William Marra Silva Junior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 5ª Zona Eleitoral no período de 17.7 a 31.10.2023; e revogar, a partir de 17.7.2023, a Portaria nº 3120/2023-PGJ, de 19.6.2023, que indicou o Promotor de Justiça Murilo Hamati Gonçalves.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3679/2023-PGJ, DE 6.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça William Marra Silva Junior para, sem prejuízo de suas funções, exercer a função de Supervisor das Promotorias de Justiça da comarca de Nova Andradina a partir de 17.7.2023, até ulterior deliberação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3680/2023-PGJ, DE 6.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Janaina Scopel Bonatto para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça de Bela Vista, a partir de 17.7.2023, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 2811/2023-PGJ, de 2.6.2023, que designou o Promotor de Justiça William Marra Silva Junior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3681/2023-PGJ, DE 6.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Janaina Scopel Bonatto para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da comarca de Bela Vista a partir de 17.7.2023, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 1970/2017-PGJ, de 19.6.2017, que designou o Promotor de Justiça William Marra Silva Junior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3682/2023-PGJ, DE 6.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Janaina Scopel Bonatto, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 17ª Zona Eleitoral no período de 17.7 a 31.10.2023; e revogar, a partir de 17.7.2023, a Portaria nº 2456/2023-PGJ, de 19.5.2023, que indicou o Promotor de Justiça William Marra Silva Junior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3683/2023-PGJ, DE 6.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 17.7.2023, a Portaria nº 2211/2020-PGJ, de 19.6.2020, que designou o Promotor de Justiça Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça da comarca de Itaquiraí.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3684/2023-PGJ, DE 6.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Janaina Scopel Bonatto para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da comarca de Itaquiraí a partir de 17.7.2023, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 6256/2022-PGJ, de 12.12.2022, que designou o Promotor de Justiça Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3685/2023-PGJ, DE 6.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Murilo Hamati Gonçalves para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar a Promotoria de Justiça de Bela Vista a partir de 17.7.2023, até ulterior deliberação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3687/2023-PGJ, DE 6.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Thiago Barile Galvão de França para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça de Sonora a partir de 17.7.2023, até ulterior deliberação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3688/2023-PGJ, DE 6.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 17.7.2023, a Portaria nº 2879/2023-PGJ, de 6.6.2023, que designou a Promotora de Justiça Fernanda Proença de Azambuja para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3689/2023-PGJ, DE 6.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Thiago Barile Galvão de França para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da comarca de Chapadão do Sul a partir de 17.7.2023, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 3268/2021-PGJ, de 30.8.2021, que designou a Promotora de Justiça Fernanda Proença de Azambuja.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3691/2023-PGJ, DE 6.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Thiago Barile Galvão de França, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 48ª Zona Eleitoral no período de 17.7 a 31.10.2023; e revogar, a partir de 17.7.2023, a Portaria nº 2085/2023-PGJ, de 27.4.2023, que indicou a Promotora de Justiça Fernanda Proença de Azambuja.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3694/2023-PGJ, DE 6.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Andre Luiz de Godoy Marques para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça de Pedro Gomes, a partir de 17.7.2023, até ulterior deliberação; e revogar a partir da referida data, a Portaria nº 6138/2022-PGJ, de 6.12.2022, que designou o Promotor de Justiça Thiago Barile Galvão de França.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3695/2023-PGJ, DE 6.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 17.7.2023, a Portaria nº 714/2023-PGJ, de 16.2.2023, que designou o Promotor de Justiça Andre Luiz de Godoy Marques para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar a Promotoria de Justiça de Pedro Gomes.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3696/2023-PGJ, DE 6.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Lenize Martins Lunardi Pedreira para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da comarca de Amambai a partir de 17.7.2023, pelo período de 1 (um) ano; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 2838/2023-PGJ, de 2.6.2023, que designou a Promotora de Justiça Nara Mendes dos Santos Fernandes.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3697/2023-PGJ, DE 6.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 17.7.2023, a Portaria nº 2839/2023-PGJ, de 2.6.2023, que designou a Promotora de Justiça Nara Mendes dos Santos Fernandes para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3698/2023-PGJ, DE 6.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo a partir de 17.7.2023, até ulterior deliberação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3699/2023-PGJ, DE 6.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da comarca de Mundo Novo a partir de 17.7.2023, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 5998/2022-PGJ, de 1º.12.2022, que designou a Promotora de Justiça Lenize Martins Lunardi Pedreira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3700/2023-PGJ, DE 6.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 17.7.2023, a Portaria nº 1139/2022-PGJ, de 16.3.2022, que designou o Promotor de Justiça Leonardo Dumont Palmerston para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3701/2023-PGJ, DE 6.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Leonardo Dumont Palmerston para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça de Sete Quedas a partir de 17.7.2023, até ulterior deliberação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3671/2023-PGJ, DE 6.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Lia Paim Lima para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça de Porto Murtinho, a partir de 17.7.2023, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da mesma data, a Portaria nº 4612/2022-PGJ, de 13.9.2022, que designou o Promotor de Justiça William Marra Silva Junior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3672/2023-PGJ, DE 6.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Allan Carlos Cobacho do Prado para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar a Promotoria de Justiça de Porto Murtinho a partir de 17.7.2023, até ulterior deliberação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3673/2023-PGJ, DE 6.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 17.7.2023, a Portaria nº 5462/2022-PGJ, de 4.11.2022, que designou o Promotor de Justiça Paulo Leonardo de Faria para, sem prejuízo de suas funções, exercer a função de Supervisor das Promotorias de Justiça da comarca de Nova Andradina.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3674/2023-PGJ, DE 6.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 17.7.2023, a Portaria nº 1838/2023-PGJ, de 17.4.2023, que designou o Promotor de Justiça Paulo Leonardo de Faria para, com prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça de Nova Andradina.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3675/2023-PGJ, DE 6.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 17.7.2023, a Portaria nº 6243/2022-PGJ, de 12.12.2022, na parte que designou a Promotora de Justiça Janaina Scopel Bonatto para, com prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Maracaju.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3676/2023-PGJ, DE 6.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Paulo Leonardo de Faria para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da comarca de Maracaju a partir de 17.7.2023, até ulterior deliberação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3677/2023-PGJ, DE 6.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça William Marra Silva Junior para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça de Nova Andradina, a partir de 17.7.2023, até ulterior deliberação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3702/2023-PGJ, DE 6.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 17.7.2023, a Portaria nº 6258/2022-PGJ, de 12.12.2022, que designou o Promotor de Justiça William Marra Silva Junior para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da comarca de Porto Murtinho.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 3772/2023-PGJ, DE 10.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça George Zarour Cezar 1 (um) dia de compensação no dia 25.7.2023, pelo exercício da atividade de acompanhamento e fiscalização presencial das provas escritas do XXIX Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira do Ministério Público Estadual, realizada no período de 1º a 3.2.2023, nos termos do § 2º do artigo 2º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015, alterada pela Resolução nº 3/2020-PGJ, de 11.2.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 3737/2023-PGJ, DE 7.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da Vara Criminal – Infância e Juventude – da comarca de Coxim nos dias 5, 18 e 20.7.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 3774/2023-PGJ, DE 10.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Ronaldo Vieira Francisco 1 (um) dia de compensação no dia 31.7.2023, por ter coadjuvado a 23ª Zona Eleitoral nas eleições de 2018 no dia 28.10.2022, nos termos do artigo 98 da Lei Federal nº 9.504, de 30.9.1997.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 3738/2023-PGJ, DE 7.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Gabriel da Costa Rodrigues Alves para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da Vara Criminal – Infância e Juventude – da comarca de Coxim no dia 6.7.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3767/2023-PGJ, DE 10.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2616/2023-PGJ, de 29.5.2023, que indeferiu ao Promotor de Justiça George Zarour Cezar 10 (dez) dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, de forma que, onde consta “13 a 22.7.2023”, passe a constar “26.7 a 4.8.2023”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3739/2023-PGJ, DE 7.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Rosalina Cruz Cavagnolli para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da Vara da Infância e Adolescência da comarca de Dourados no período de 11 a 13.7.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3769/2023-PGJ, DE 10.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2658/2023-PGJ, de 31.5.2023, que indeferiu ao Promotor de Justiça Ronaldo Vieira Francisco 10 (dez) dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, de forma que, onde consta “20 a 29.7.2023”, passe a constar “1º a 10.8.2023”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3740/2023-PGJ, DE 7.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Gabriel da Costa Rodrigues Alves para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 2ª Vara Criminal da comarca de Naviraí nos dias 11, 12, 26 e 27.7.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3741/2023-PGJ, DE 7.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Mariana Sleiman Gomes para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Itaquiraí no dia 12.7.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3768/2023-PGJ, DE 10.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2674/2023-PGJ, de 31.5.2023, que indeferiu à Promotora de Justiça Regina Dornte Broch férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, de forma que, onde consta “10 (dez) dias de férias remanescentes [...] no período de 14 a 23.8.2023”, passe a constar “22 (vinte e dois) dias de férias regulamentares [...] no período de 14.8 a 4.9.2023”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3771/2023-PGJ, DE 10.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça George Zarour Cezar 1 (um) dia de compensação no dia 24.7.2023, por sua atuação perante o Tribunal de Júri, em regime de mutirão, no dia 7.8.2017, nos termos do artigo 2º, § 2º, da Resolução nº 24/2016-PGJ, de 28.9.2016.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3731/2023-PGJ, DE 7.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais das Notas de Empenho nºs 2023NE000256 e 2023NE000257, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe de Núcleo de Apoio Administrativo; 2.1) Suplente – Léa Catarina Iunes Garcia, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura; 3.1) Suplente – Gabriela Bernardes Lima, Chefe do Núcleo de Obras e Serviços de Engenharia (PGA nº 09.2023.00006423-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3732/2023-PGJ, DE 7.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE000258, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 2) Fiscal Administrativa – Naira Santana de Oliveira, Técnica I; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnico – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura; 3.1) Suplente – Gabriela Bernardes Lima, Chefe do Núcleo de Obras e Serviços de Engenharia (PGA nº 09.2023.00006423-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-821/2023-PGJ, DE 5.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-640/2023-PGJ, de 7.6.2023, que concedeu a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao Promotor de Justiça Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior, de forma que, onde consta: "Período – 3 a 12.7.2023", passe a constar: "Período – 17 a 26.7.2023".

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 3752/2023-PGJ, DE 7.7.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Jean Carlos Ramos da Silva, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Controle de Informações e Resultados, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Setor de Contratos no período de 10 a 21.7.2023, em razão de afastamento da titular, Djene de Souza.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3753/2023-PGJ, DE 7.7.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Camila Castro Ramos, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Apoio Jurídico ao Procurador-Geral de Justiça no período de 5 a 7.7.2023, em razão de afastamento da titular, Cristhiane Bergmaier.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3754/2023-PGJ, DE 7.7.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Angelo Maia Marcelo Pirani, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Departamento de Infraestrutura e Tecnologia, símbolo MPDS-104, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Tecnologia da Informação nos dias 13 e 14.7.2023, em razão de afastamento da titular, Myrian Raquel Rodrigues da Silva.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3755/2023-PGJ, DE 7.7.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Paulo Barbiero Dorigão, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Sidrolândia, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Supervisão das Promotorias de Justiça da referida Comarca no período de 10 a 21.7.2023, em razão de afastamento da servidora Cristina Castilho Akatsuka, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3756/2023-PGJ, DE 7.7.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Keila Fabrícia Gongora Rodrigues, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designada para prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 7ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 3 a 12.7.2023, em razão de afastamento da servidora Maria Alice da Silva Paiva Ramos, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3757/2023-PGJ, DE 7.7.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Fabiano Alves Davy, ocupante do cargo efetivo de Analista, área de atividade Administração, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Administração no dia 7.7.2023, em razão de afastamento da titular, Nádia de Moura Mattos Motta.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3758/2023-PGJ, DE 7.7.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Gabriel Damião Amaral Silveira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designado para prestar serviços na 6ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, exercer a Função de Confiança FC5, símbolo MPFC-305, no período de 17 a 26.7.2023, em razão de afastamento da servidora Alessandra Katiucha da Silva Cavassa.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3759/2023-PGJ, DE 7.7.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Débora Duarte Santana, Técnica II, lotada na Secretaria de Gestão de Pessoas, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Desenvolvimento de Pessoas no período de 5 a 25.7.2023, em razão de afastamento da titular, Christiane de Oliveira Landgraf Pinto.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3760/2023-PGJ, DE 7.7.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Sonia Tenuta, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada na Gestão de Estagiário de Direito, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça de Bela Vista, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, a partir de 20.7.2023, até ulterior deliberação.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3762/2023-PGJ, DE 7.7.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Juliana Santos Amaral, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 1ª Promotoria de Justiça de Cassilândia, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, a partir de 3.7.2023, até ulterior deliberação.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3765/2023-PGJ, DE 7.7.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Marta Josefa da Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o pagamento de 7,5% (sete vírgula cinco por cento) do adicional de qualificação, a contar de 28.6.2023, nos termos dos artigos 35 e 36, inciso III e § 4º, ambos da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, bem como dos artigos 4º, 5º, inciso III e § 2º, e 7º, todos da Resolução nº 8/2012-PGJ, de 4.4.2012; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 938/2012-PGJ, de 27.6.2012, que concedeu à referida servidora o pagamento de 5% (cinco por cento) do adicional de qualificação (PGA nº 09.2023.00006964-3).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**CONSELHO SUPERIOR****AVISO Nº 041/2023/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00001856-0 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Pedrinho Machado - Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente da falta de estruturas construídas para conter a enxurrada, assim como possível degradação da Área de Preservação Permanente, e regularização jurídico-ambiental da propriedade localizada no Bairro Chácara Recreio Brilhante, Bloco 02, Lote 16, propriedade de Pedrinho Machado.

2) Inquérito Civil nº 06.2019.00000396-0 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Inete Maria Guero Cabral e Nevio Urió - Assunto: Apurar eventual desmatamento de três áreas, totalizando 58,23ha, na propriedade denominada Fazenda Donna Maria, anteriormente denominada Fazenda Carandá, localizada em Camapuã/MS, de propriedade de Inete Maria Guero Cabral, constatado pelo Parecer nº 822/17/Nugeo. **Advogado: Izolino Rodrigues Anacleto, OAB/MS nº 8.611.**

3) Inquérito Civil nº 06.2019.00001351-4 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Terra Nova - Assunto: Apurar suposto dano ambiental em razão da exploração de 43,38 hectares de vegetação nativa na propriedade denominada fazenda Terra Nova em Caracol/MS.

4) Inquérito Civil nº 06.2019.00001583-4 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Sandro Roberto da Silva Pereira - Assunto: Apurar processo erosivo, falta de isolamento das nascentes, acesso de bovinos aos recursos hídricos que causa assoreamento na região do Córrego Salobra.

5) Inquérito Civil nº 06.2019.00001916-3 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: João Carlos de Moraes - Assunto: Apurar desmatamento de 19,82 hectares em área de Savana, na Fazenda Riacho Azul, em Paraíso das Águas/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 427/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

6) Inquérito Civil nº 06.2020.00000363-8 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Elias Soares da Silva, Luara Aya Szucs Azevedo Rahin Ibrahim e Magda Lopes Duarte da Silva - Assunto: Apurar desmatamento de 19,90 hectares em área de Savana (Cerrado) Florestada (Cerradão), na Fazenda Rouxinol, em Batayporã, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 498/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

7) Inquérito Civil nº 06.2020.00000655-7 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Agropecuária 3R Ltda - Assunto: Apurar desmatamento de 6,36 hectares em área de Savana, na Fazenda Vaca Mocha, em Caracol/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 178/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

8) Inquérito Civil nº 06.2020.00000697-9 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Breno Cancian Nunes - Assunto: Apurar desmatamento de 65,75 hectares em área de Fitofisionomias Savana Arborizada e Floresta, encrave Savana e Floresta Semidecidual Submontana, na Fazenda Luanda, em São Gabriel do Oeste/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 638/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental 2016-2017).

9) Inquérito Civil nº 06.2020.00000702-3 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Maria de Souza - Assunto: Apurar desmatamento de 1,90 hectares em área de Savana Arborizada com Floresta-de-galeria, na Fazenda Museu 1, em São Gabriel do Oeste, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 659/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental 2016-2017).

10) Inquérito Civil nº 06.2020.00000896-6 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Adeodato Theodonio da Silva Filho - Assunto: Apurar eventual ocorrência de desmatamento de 2 (duas) áreas que somam 23,85 hectares de vegetação nativa, sem a devida Autorização Ambiental para Supressão Vegetal, na Fazenda Meia Lua, localizada em Camapuã, de propriedade de Adeodato Theodonio da Silva Filho, conforme dados do Programa DNA Ambiental (2016-2017), Parecer nº 569/19/Nugeo. **Advogado: Rodrigo Correa do Couto, OAB/MS nº 13.468.**



11) Inquérito Civil nº 06.2020.00001184-9 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Atos Pessatto, Eraldo Barbosa Correa - Assunto: Apurar desmatamento de 56 hectares em área de vegetação nativa (árvores esparsas), na Fazenda Campo Bonito Quinhão 3, em São Gabriel do Oeste/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Boletim de Ocorrência nº 182/2020, Laudo de Constatação SEMAC/IMASUL nº 24489, Auto de Infração SEMAC/IMASUL nº 24250 e Relatório de Informações Complementares.

12) Inquérito Civil nº 06.2020.00001371-4 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Abel Gimenez Neto, Itapeva Florestal Ltda - Assunto: Averiguar o desmatamento de 82.92 ha de vegetação nativa em áreas de fitofisionomia de Savana Arborizada - Sem floresta-de-galeria (Sas) e Savana Gramíneo-lenhosa e Arborizada (Sa+Sd), sem autorização do órgão competente, na Fazenda Nossa Senhora Aparecida localizada em Ribas do Rio Pardo/MS, conforme Parecer nº 213/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

13) Inquérito Civil nº 06.2021.00000068-9 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: João Campana Netto - Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental na Fazenda Palmito, situada no município de São Gabriel do Oeste/MS.

14) Inquérito Civil nº 06.2021.00000149-9 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Alcides Hellmeister Filho - Assunto: Apurar eventual desmatamento de 03 (três) áreas, totalizando 8,01 hectares de vegetação nativa, ocorrido entre 18/04/2020 e 17/06/2020, na propriedade denominada Fazenda São José, de propriedade de Alcides Hellmeister Filho, em Camapuã/MS. **Advogado: Denis Peixoto Ferrão Filho, OAB/MS nº 9.995.**

15) Inquérito Civil nº 06.2021.00000150-0 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Gilmar de Araújo Rocha - Assunto: Apurar eventual desmatamento de 1,13 hectares de reserva legal, realizado no período entre 09/03/2020 e 28/04/2020, conforme Parecer nº 230/20/Nugeo, Programa DNA Ambiental (2020), bem como de 2,48 hectares de vegetação nativa, ocorrido entre 20/11/2019 e 14/03/2020, conforme parecer nº 418/21/CEIPPAM, na propriedade rural Sítio Conquista, localizado em Camapuã/MS, de propriedade de Gilmar Araújo Rocha.

16) Inquérito Civil nº 06.2021.00000524-0 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Sebastião Roberto Diniz Comelli - Assunto: Apurar o déficit de 0,2 hectares com ausência de vegetação arbórea densa nas áreas delimitadas como Reserva Legal (fora das APPs) e eventuais processos erosivos e déficit em 0,2 hectares com ausência de vegetação arbórea densa na Fazenda Estância Marcela, em Angélica, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 050/2020 CEIPPAM/LASANGE - UEMS (Programa SOS Rios Projeto Córrego Engano).

17) Inquérito Civil nº 06.2021.00000962-5 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Adriano Ferreira e Luciano Ferreira - Assunto: Apurar o déficit de 2 hectares em Área de Preservação Permanente na Fazenda Dois Irmãos, em Angélica/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 027/2021 CEIPPAM/LASANGE-UEMS (Programa SOS Rios Projeto Córrego Engano).

18) Inquérito Civil nº 06.2021.00001142-0 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Fazenda Vaca Mocha, Nilton Fernando Rocha Filho - Assunto: Apurar desmatamento possivelmente ilegal de 9,36 hectares de vegetação, sendo está localizada em área proposta para constituição de Reserva Legal, bem como de 12,55 hectares de vegetação remanescente, desmatamento ocorrido na Fazenda Vaca Mocha em Caracol/MS, detectados pelos Pareceres Nugeo nº 181 e 182/20.

19) Inquérito Civil nº 06.2021.00001318-4 - 25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Ótica e Relojoaria Alves Ltda-ME - Assunto: Apurar a adequação da responsabilidade técnica da empresa Ótica e Relojoaria Alves Ltda-ME.

20) Inquérito Civil nº 06.2022.00000158-1 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Gabrielle Tainá Bogas Molina - Assunto: Apurar desmatamento de 2,39 hectares em Área de Vegetação Nativa, na fazenda Bica D'Água, em Figueirão, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 18/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental), realizado entre 13/08/2020 e 04/12/2020.

21) Inquérito Civil nº 06.2022.00000735-3 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Marcio de Oliveira Pereira - Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental, consistente em poluição sonora, na Chácara Monteiro, em Batayporã/MS.

22) Inquérito Civil nº 06.2022.00000752-0 (Sigiloso) - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Caarapó.

23) Inquérito Civil nº 06.2022.00000756-4 - 32ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande -



Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Hospital Regional de Mato Grosso do Sul e a Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul - Assunto: Apurar eventual desabastecimento de materiais e insumos no Serviço de Cardiologia do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul - HRMS.

24) Inquérito Civil nº 06.2022.00000802-0 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Câmara Municipal de Taquarussu/MS - Assunto: Apurar eventual recebimento irregular de 13º salário por parte dos vereadores de Taquarussu, em razão da ausência de lei/resolução regulamentadora para o pagamento da gratificação natalina, na legislatura de 2021.

25) Procedimento Preparatório nº 06.2022.00001085-8 (Sigiloso) - 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

26) Inquérito Civil nº 06.2023.00000108-5 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Jorge da Silva Lima - Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidade ambiental na Chácara Pé de Cedro, situada no município de Bodoquena, consistente na extração de 01 (uma) árvore em área de preservação permanente, utilizando de motosserra, sem autorização do órgão ambiental competente.

27) Inquérito Civil nº 06.2023.00000110-8 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual nepotismo na Prefeitura Municipal de Angélica.

28) Inquérito Civil nº 06.2023.00000158-5 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Fazenda Jandaia, Valdo Lemes de Oliveira - Assunto: Apurar suposto dano ambiental constatado na propriedade denominada Fazenda Jandaia em Caracol/MS, sendo desmatamento de 5,61 hectares de vegetação nativa em área proposta para reserva legal, e ainda, 1,78 hectares em área de preservação permanente, conforme Pareceres nº 152 e 337/22/NUGEO bem como Relatório nº 019/2GPMA/BPMA/2022.

29) Inquérito Civil nº 06.2023.00000522-6 - 2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Paranaíba - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Paranaíba/MS - Assunto: Apurar eventual Loteamento Irregular no âmbito do Município de Paranaíba.

30) Inquérito Civil nº 06.2023.00000277-3 - 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Registrar fato relacionado à nascente localizada no Jardim Santa Felicidade, coordenadas 20°34'56.19" S, 54°35'24.08" W, com acesso às margens da BR-262.

31) Inquérito Civil nº 06.2023.00000177-4 - 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Espólio de Maria de Lourdes Vendas Figueiredo - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da área de preservação permanente da nascente urbana localizada nas coordenadas 20°28'15.55" S, 54°35'39.30" W, lote B1C, desmembramento Chácara Vendas, objeto do Parecer Água para o Futuro nº 0020/2022, e as devidas providências para sua preservação.

Campo Grande, 10 de julho de 2023.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO
Procuradora de Justiça
Secretária do Conselho Superior do MP



CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

AVISO N. 0002/2023/CGMP/MS

(Republicação por Incorreção)

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 169 da Lei Complementar n. 72/94, alterada pela Lei Complementar n. 145/2010 e com base na autorização do e. Colégio de Procuradores de Justiça, juntamente com a **Comissão Correicional**, designada pela Portaria nº 2561/2023-PGJ, de 25 de maio de 2023.

A V I S A M:

Às Autoridades Públicas e público em geral, a realização de **Correição Ordinária** nas Procuradorias de Justiça e nos Órgãos do Ministério Público abaixo elencados, **cujos procedimentos correicionais iniciar-se-ão a partir do 15º dia da publicação deste aviso:**

1ª Procuradoria de Justiça Criminal
2ª Procuradoria de Justiça Criminal
3ª Procuradoria de Justiça Criminal
4ª Procuradoria de Justiça Criminal
5ª Procuradoria de Justiça Criminal
6ª Procuradoria de Justiça Criminal
7ª Procuradoria de Justiça Criminal
8ª Procuradoria de Justiça Criminal
9ª Procuradoria de Justiça Criminal
10ª Procuradoria de Justiça Criminal
11ª Procuradoria de Justiça Criminal
12ª Procuradoria de Justiça Criminal
13ª Procuradoria de Justiça Criminal
14ª Procuradoria de Justiça Criminal
15ª Procuradoria de Justiça Criminal
16ª Procuradoria de Justiça Criminal
17ª Procuradoria de Justiça Criminal
18ª Procuradoria de Justiça Criminal
19ª Procuradoria de Justiça Criminal
20ª Procuradoria de Justiça Criminal
21ª Procuradoria de Justiça Criminal
22ª Procuradoria de Justiça Criminal
23ª Procuradoria de Justiça Criminal
1ª Procuradoria de Justiça Int. Difusos e Coletivos
2ª Procuradoria de Justiça Int. Difusos e Coletivos
3ª Procuradoria de Justiça Int. Difusos e Coletivos
4ª Procuradoria de Justiça Int. Difusos e Coletivos
5ª Procuradoria de Justiça Int. Difusos e Coletivos
1ª Procuradoria de Justiça Cível
2ª Procuradoria de Justiça Cível
3ª Procuradoria de Justiça Cível
4ª Procuradoria de Justiça Cível
5ª Procuradoria de Justiça Cível
7ª Procuradoria de Justiça Cível
8ª Procuradoria de Justiça Cível
9ª Procuradoria de Justiça Cível



CAO PJ Meio Ambiente, Habitação e Urbano e do Patrimônio Histórico e Cultural – CAOMA
CAO PJ Patrimônio Público e Social, Fundações e Eleitorais - CAOPPSFE
CAO PJ Criminais e do Controle Externo da Atividade Policial - CAOCRIM
CAO PJ Cíveis, Consumidor e do Idoso - CAOCCI
CAO PJ dos Direitos Constitucionais do Cidadão, Direitos Humanos e Pessoas Deficiência - CAODH
CAO PJ Infância e da Juventude - CAOIJ
Núcleo da Cidadania - NUCI
Núcleo Criminal - NUCRIM
Grupo de Atuação Especial do Tribunal do Júri - NOJÚRI
Grupo de Atuação Especial de Execução Penal - GAEP
Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial - GACEP
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO
Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial - NUPIER
Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - NEViD
Grupo de Atuação Especial de Educação - GEDUC
Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde - GAEDS
Núcleo da Infância e da Juventude
Núcleo Ambiental
Núcleo de Geotecnologias - NUGEO
Núcleo do Patrimônio Público e das Fundações
Núcleo de apoio às vítimas de crimes e atos infracionais violentos - NAVIT
Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição - NUPIA
Núcleo Eleitoral
Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado - GECOC
Núcleo de Apoio à Atuação Especializada no Combate à Sonegação Fiscal e aos Ilícitos Contra a Ordem Tributária - NAAESF
Núcleo de Crimes Cibernéticos - NUCIB
Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução – DAEX
Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação – CI
Escola Superior do Ministério Público - ESMP

Campo Grande, 10 de julho de 2023.

SILVIO CESAR MALUF
Corregedor-Geral do Ministério Público

BELMIRE SOLES RIBEIRO
Procurador de Justiça
Membro da Comissão Correicional

IRMA VIEIRA DE SANTANA E ANZOATEGUI
Procuradora de Justiça
Membro da Comissão Correicional

MARIGÔ REGINA BITTAR BEZERRA
Procuradora de Justiça
Membro da Comissão Correicional

OLAVO MONTEIRO MASCARENHAS
Procurador de Justiça
Membro da Comissão Correicional (suplente)

**COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL****EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 32/2023**

Procedimento de Gestão Administrativa SAJ/MP nº 09.2023.00006315-0

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa

Donatário: Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Paraíso e Região-Cinturão Verde do Município de Terenos-MS, representado por sua Presidente, Odete Ferreira do Nascimento Máximo

Amparo legal: Resolução nº 26/2023-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Data da assinatura: 22 de junho de 2023.

Itens doados:

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
1	Cadeira	15
2	Poltrona	5
3	Refrigerador	1
4	Scanner	3
5	Armário	1
6	Notebook	2
7	Ar-condicionado	5
8	Mesa	2
9	Estação de trabalho	2
10	Gaveteiro	1
11	Monitor	10
12	CPU	5
TOTAL DE ITENS		52

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/PGJ/2022, PUBLICADO NO DOMP-MS Nº 2.813, DE 10 DE JANEIRO DE 2023, PÁGINAS 40 E 41 E NO DOMP-MS Nº 2.872, DE 10 DE ABRIL DE 2023, PÁGINA 16.

Processo: 09.2021.00007250-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;2- **HOME NUTRI COMÉRCIO DE ALIMENTOS E NUTRIÇÃO EIRELI**, representada por **Kaique Pietro da Silva Calux**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de material permanente (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário) para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:



ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
2	Umificador ultrassônico de ar, de no mínimo 3 litros, potência de, no mínimo de 22w, 110v, portátil. Garantia de no mínimo 12 (doze) meses. Marcas de referência: G-Life, G-tech, Ventisol, Britânia, EOS e Omron. Marca: Britânia.	Unidade	100	250,00
3	Refrigerador <i>Frost free</i> , com duas portas, capacidade de armazenagem líquida total de, no mínimo, 240 litros (refrigerador + congelador), gavetão para verduras e legumes e prateleiras internas removíveis, tensão: 127 volts ou bivolt, cor branca. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Electrolux, Brastemp e Consul. Marca: Consul.	Unidade	15	3.089,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 6 de janeiro 2023.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.813, DE 10 DE JANEIRO DE 2023, PÁGINA 41 E NO DOMP-MS Nº 2.872, DE 10 DE ABRIL DE 2023, PÁGINA 17.

Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo: 09.2021.00007250-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **POWER COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA**, representada por **Erikson Vanderlei Moura**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de material permanente (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário) para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
4	Bebedouro Elétrico tipo coluna, com as seguintes especificações técnicas: uso com garrafão de 20 litros, gabinete em aço eletrozincado ou aço inox, sem emendas, base e pingadeira em plástico, conexões hidráulicas internas em material atóxico, torneiras em plástico ABS, uma para água natural e outra para água gelada, termostato com regulação de temperatura externa, capacidade de resfriamento mínima 1,25 L/h, dimensões mínimas 950cm x 26cm x 35cm (AxLxP). Tensão: 127 volts ou bivolt. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Libell, Karina, IBBL, Masterfrio e Hiza. Marca: Libell.	Unidade	25	760,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 3 de janeiro 2023.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.813, DE 10 DE JANEIRO DE 2023, PÁGINA 42 E NO DOMP-MS Nº 2.872, DE 10 DE ABRIL DE 2023, PÁGINAS 17 E 18.

Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo: 09.2021.00007250-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **ARGOS LTDA**, representada por **Jonathan Pereira**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de material permanente (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário) para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (RS)
5	Purificador de Água Natural e Gelada para Fixação na Parede, com as seguintes especificações técnicas: água gelada e natural; filtro de carvão ativado, potência mínima: 100 Watts, suporte para copo; filtro com durabilidade mínima de 6 meses; reservatório de refrigeração: 1,20 litros de água no mínimo; termostato com regulagem de temperatura de água; sistema de refrigeração por compressor; <i>kit</i> de instalação para fixação em parede; torneiras ou botões de acionamento frontais (água natural e gelada), cor branca ou prata; tensão: 127 volts ou bivolt. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Libell, IBBL e Masterfrio. Marca: Libell.	Unidade	20	799,78
9	Ventilador Oscilante de Parede tipo comercial/industrial, motor ¼ HP, potência 180 a 220 Watts, rotação 1300 a 1500RPM, diâmetro de grade entre 60 e 70 cm, hélice com 3 (três) pás em aço ou plástico injetado, grade removível, ajuste de inclinação, velocidade variável em 4 (quatro) posições no mínimo ou controle eletrônico, carcaça motor em aço ou plástico, tensão: 127 Volts ou bivolt. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Venti Delta, Ventisol, Arge e Lorensid. Marca: Ventisol.	Unidade	5	238,05
10	Ventilador Tipo Coluna, tipo comercial/industrial, potência 150 Watts, rotação 1300 a 1500RPM, diâmetro de grade entre 60 e 70 cm, hélice com 3 (três) pás em aço ou plástico injetado, grade removível, ajuste de inclinação, velocidade variável com no mínimo 3 (três) posições, carcaça do motor em aço ou plástico, tensão: 127 Volts ou bivolt. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Venti Delta, Ventisol, Arge e Lorensid. Marca: Ventisol.	Unidade	10	347,02
13	Fogão Elétrico <i>cooktop</i> mesa vitrocerâmica, com 4 áreas de cocção (sendo dois queimadores elétricos de 1800W no mínimo e os outros dois queimadores elétricos de 1200W no mínimo), três níveis de potência, luzes indicadoras de calor residual igual ou acima de 50° C e luz piloto que indica que o queimador está em uso, acendimento automático, tensão: 220V, cor preto. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Fischer.	Unidade	15	2.350,16

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 2 de janeiro 2023.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.813, DE 10 DE JANEIRO DE 2023, PÁGINA 36 E 37 E NO DOMP-MS Nº 2.872, DE 10 DE ABRIL DE 2023, PÁGINA 12.

Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo: 09.2021.00007250-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **MARCK TECNOLOGIA COMÉRCIO & SERVIÇOS MECÂNICOS LTDA**, representada por **Cristiane Mabel Teixeira**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de material permanente (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário) para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
7	Máquina para café expresso, média tiragem, voltagem: 220V; potência mínima: 1250W; pressão: 15 Bar; reservatório de água para no mínimo 1,7 litros; reservatório de grãos com capacidade aproximada de 300g; haste para cappuccino e bebidas quentes, moedor regulável. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Phillips.	Unidade	5	6.100,00
15	Ar condicionado portátil, capacidade 12.000 Btu's no mínimo. Voltagem: 127V; três opções de conforto térmico: refrigeração, ventilação e desumidificação; filtro antipó removível e lavável; controle remoto sem fio digital; funções <i>timer</i> , <i>sleep</i> , <i>swing</i> e auto; ajuste de temperatura eletrônico de 18° a 30°C; sistema de auto evaporação da água; duto de exaustão extensível até 2 metros. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. Marca: EOS.	Unidade	10	2.697,50

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 30 de dezembro 2022.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.813, DE 10 DE JANEIRO DE 2023, PÁGINA 37 E NO DOMP-MS Nº 2.872, DE 10 DE ABRIL DE 2023, PÁGINA 13.

Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo: 09.2021.00007250-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **LAWTECH BRASIL TECNOLOGIA LTDA**, representada por **João Tulio Cruz**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de material permanente (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário) para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:



ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
8	Câmera panorâmica (180 graus) para vídeo conferência, com base, conforme as seguintes características técnicas: inclinação e zoom motorizados; viva voz integrado omnidirecional. Áudio: microfone de captação unidirecional; alcance mínimo de 2,4m de diâmetro; frequência do microfone: 200Hz - 8KHz ou superior; Nível de saída: 80dB, 1 ft (0.30 metros) ou superior. Vídeo: Full HD 1080p ou superior; 30fps ou superior; Campo de Visão de 78 graus ou superior. Adaptador AC e USB 2.0. Controle remoto. A câmera deverá ser compatível com <i>Windows</i> 7 e 8 e com Mac OSX10.6 ou superior. Manual de instruções em português. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. Marca: Logitech.	Unidade	70	1.348,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 30 de dezembro 2022.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.813, DE 10 DE JANEIRO DE 2023, PÁGINA 38 E NO DOMP-MS Nº 2.872, DE 10 DE ABRIL DE 2023, PÁGINAS 13 E 14.

Replicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo: 09.2021.00007250-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **G P COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, representada por **Ivanildo Penha Gomes**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de material permanente (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário) para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
11	Quadro branco não magnético, tela em laminado melamínico branco, moldura em alumínio, suporte na parte frontal inferior para apagador, ganchos na parte superior para fixação na parede, medindo 0,90m x 1,20m (A x L). Garantia mínima de 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Stalo.	Unidade	20	125,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 30 de dezembro 2022.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.813, DE 10 DE JANEIRO DE 2023, PÁGINA 38 E NO DOMP-MS Nº 2.872, DE 10 DE ABRIL DE 2023, PÁGINA 14.

Replicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo: 09.2021.00007250-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **ANTONIA RAIMUNDA ALVES** representada por **Antonia Raimunda Alves da Silva**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de material permanente (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário) para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
16	Projetor multimídia, tipo teto e mesa mínimo de 3.200 lumens; 127V ou bivolt. Garantia mínima: 3 anos/ 1 ano para a lâmpada; Acessórios: Cabo de força, AC, Cabo VGA, Controle remoto, baterias para o controle, Manual, Cartão de garantia. Marca: Flex Inter.	Unidade	5	2.300,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 2 de janeiro 2023.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.813, DE 10 DE JANEIRO DE 2023, PÁGINA 39 E NO DOMP-MS Nº 2.872, DE 10 DE ABRIL DE 2023, PÁGINAS 14 E 15.

Replicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo: 09.2021.00007250-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **CH3 COMÉRCIO E NEGÓCIOS LTDA**, representada por **Gabriel Ruan Ferrão Chaves**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de material permanente (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário) para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
17	Forno Micro-ondas capacidade mínima 27 litros, potência mínima 900W, tensão: 127 Volts ou bivolt. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Panasonic, LG, Samsung, Philco, Electrolux, Sharp, Consul e Midea. Marca: Midea.	Unidade	20	763,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 30 de dezembro 2022.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.813, DE 10 DE JANEIRO DE 2023, PÁGINA 39 E NO DOMP-MS Nº 2.872, DE 10 DE ABRIL DE 2023, PÁGINA 15.

Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo: 09.2021.00007250-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **RF PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA**, representada por **Leonardo de Araújo Vianna Soares**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de material permanente (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário) para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
18	Câmera Webcam; resolução máxima: 720p 30 fps; 0.9 megapixels da câmera, foco fixo. Tipo de lente: plástico. Microfone integrado mono. Alcance do microfone até 1m, campo de visão (CDV) diagonal 55°, clipe universal que se ajusta a monitores de laptop ou LCD. Garantia de no mínimo 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Whale.	Unidade	100	83,40

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 4 de janeiro 2023.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.813, DE 10 DE JANEIRO DE 2023, PÁGINA 40 E NO DOMP-MS Nº 2.872, DE 10 DE ABRIL DE 2023, PÁGINAS 15 E 16.

Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo: 09.2021.00007250-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **HYPER TECHNOLOGIES COMÉRCIO DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS EIRELI**, representada por **Felipe Carvalho Querino**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de material permanente (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário) para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:



ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	TV com mínimo 50 polegadas; Deve possuir tecnologia LED; com conversor digital embutido, deve possuir formato de tela <i>widescreen</i> (16:9); Deve possuir no mínimo 1.000.000:1 de contraste; Deve possuir <i>Closed caption</i> ; Deve possuir no mínimo resolução de 1920x1080 (Full HD: 1080p); Deve possuir suporte/base para mesa; Deve possuir no mínimo os sinais de vídeo de TV analógica e TV Digital; Deve possuir no mínimo as seguintes entradas: 02 HDMI, 01 Áudio/Vídeo Composto, 01 USB e 01 para conexão da Antena/Cabo; Deve possuir alto falante; Deve ser compatível com sistema de cor PAL, NTSC; Deve possuir ajuste no formato de tela; Deve possuir garantia de no mínimo 12 meses; Deve possuir alimentação bivolt; Idioma dos menus deverá ser em português; Deve acompanhar controle remoto e tudo que for necessário para seu perfeito funcionamento. Marca: HQ.	Unidade	10	2.338,83

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 6 de janeiro de 2023.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

CAMPO GRANDE

EDITAL Nº 48/2023.

A 26ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Administrativo nº: 09.2023.00006849-9.

Requerente: Hiran Sebastião Meneghelli Filho.

Requerido: Município de Campo Grande – MS.

Objeto: Acompanhar o processo de Licenciamento Ambiental n. 4181/2023-95 perante a SEMADUR.

Campo Grande, 07 de Julho de 2.023.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.

Promotora de Justiça.

EDITAL Nº 49/2023.

A 26ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Administrativo nº: 09.2023.00006905-4.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Campo Grande – MS.

Objeto: Acompanhar o processo de Licenciamento Ambiental n. 124175/2022-81 perante a SEMADUR.

Campo Grande, 10 de Julho de 2.023.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.

Promotora de Justiça.

**EDITAL Nº 50/2023.**

A 26ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Administrativo nº: 09.2023.00007226-0.

Compromitente: Ministério Público Estadual.

Compromissária: Maria Tereza Vendas Galhardo.

Objeto: Fiscalizar as obrigações contempladas no TAC firmado no bojo do IC n. 06.2023.0000177-4, referente ao imóvel denominado Chácara Vendas.

Campo Grande, 10 de Julho de 2023.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.

Promotora de Justiça.

EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – TAC.

A 26ª Promotoria de Justiça de Campo Grande torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, firmado nos autos do Procedimento Administrativo n. 09.2023.00007226-0, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, n. 180, Chácara Cachoeira, nesta capital, também disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/>, tendo como compromissária Maria Tereza Vendas Galhardo, proprietária do imóvel rural denominado Chácara Vendas.

Objeto do TAC: a-a área de preservação permanente é a área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico da fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (art. 3º, II, da Lei n. 12.651/2012); b- A área de preservação permanente inserida na Chácara Vendas consiste no raio de cinquenta metros da nascente P01-PRO, denominada no Parecer Água para o Futuro n. 020/2022, a qual se localiza sob as coordenadas n. coordenadas 20°28'15.55" S, 54°35'39.30" W, com acesso na Rua Cayova, entre as Ruas Ipeza e Doná Joana, no Município de Campo Grande; c- O compromissário reconhece ser condição necessária para o efetivo cumprimento da função social da propriedade descrita no Título II, realizar as recomendações dispostas no Parecer Água para o Futuro n. 020/2022, notadamente o cercamento do entorno da área de preservação permanente da nascente P01-PRO; d- A área de preservação permanente da nascente P01-PRO deve ser demarcada, isolada e identificada com fixação de placas de durabilidade compatível com o período de acompanhamento em todo perímetro da área de preservação permanente, bem como promover a manutenção das cercas e placas sempre que necessária; d- Nas placas fixadas deverá conter a obrigação de conservar e preservar a área ambientalmente protegida, as sanções aplicáveis aos seus degradadores (art. 38 e 54, por exemplo, da Lei n. 9.605/1998) e, ainda, as informações correlatas a este procedimento. Exemplo: "Preservação de área ambientalmente protegida em conformidade com o Projeto Água para o Futuro e com o Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público nos autos do Inquérito Civil n. 06.2023.00000177-4; e- O compromissário compromete-se a apresentar, perante esta Promotoria de Justiça, no prazo de 240 dias, a contar da assinatura do TAC, Relatório Técnico acompanhado de conjunto fotográfico atestando, expressamente, a realização das obrigações estabelecidas neste Termo

Campo Grande, 10 de Julho de 2023.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.

Promotora de Justiça.



DOURADOS

EDITAL 0007/2023/10PJ/DOS

A 10ª Promotoria de Justiça de Dourados-MS, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo, abaixo, cujos autos digitais podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00006997-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul, Município de Dourados

Assunto : Acompanhar e fiscalizar o cumprimento da decisão judicial exarada nos autos n.º 0900022-22.2020.8.12.0002 acerca dos serviços de Raio-X na rede pública de saúde de Dourados.

Dourados, 04 de julho de 2023

ROSALINA CRUZ CAVAGNOLLI

Promotora de Justiça

EDITAL 0008/2023/10PJ/DOS

A 10ª Promotoria de Justiça de Dourados -MS, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo, abaixo, cujos autos digitais podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00006991-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto : Acompanhar e fiscalizar o cumprimento da decisão judicial exarada nos autos da Ação Civil Pública nº 0807774-18.2012.8.12.0002, pelo Município de Dourados/MS e Estado de Mato Grosso do Sul

Dourados, 04 de julho de 2023

ROSALINA CRUZ CAVAGNOLLI

Promotora de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

ÁGUA CLARA

EDITAL N. 0004/2023/PJ/ACL

A Promotoria de Justiça da Comarca de Água Clara/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet pelo endereço <<https://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>> e ficará à disposição de eventuais interessados na Rua Francisco Vieira, 200, Centro, Água Clara/MS.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000142-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jussara de Souza Martins Novais e outro

Assunto: Apurar a supressão de 5,88 hectares em área de Reserva Legal, na fazenda Café, em Aguá Clara/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Laudo Técnico n. 9/29/NUGeo (Programa DNA Ambiental).

Água Clara/MS, 20 de junho de 2023.

JEAN CARLOS PILONETO

Promotor de Justiça

**BATAYPORÃ****EDITAL Nº 0024/2023/PJ/BIP**

A Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã/MS torna pública a retificação da Portaria do Inquérito Civil n. 06.2023.00000169-6, onde consta como requerido "Nelson Almeida de Andrade" passou a constar "Empresa Moura Andrade S/A – Pastoril e Agrícola".

Batayporã, 07/07/2023.

FELIPE ALMEIDA MARQUES
Promotor de Justiça

BELA VISTA**EXTRATO: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

Inquérito Civil 06. 2023.00000158-5

COMPROMITENTE: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, por meio da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Bela Vista-MS.

COMPROMISSÁRIO: Valdo Lemes de Oliveira - Fazenda Jandaia

OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente Termo de Ajustamento de Conduta é decorrente do Inquérito Civil nº 06.2023.00000158-5, instaurado pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Bela Vista/MS, tendo por objeto *“Apurar suposto dano ambiental constatado na propriedade denominada Fazenda Jandaia em Caracol/MS, sendo desmatamento de 5,61 hectares de vegetação nativa em área proposta para reserva legal, e ainda, 1,78 hectares em área de preservação permanente, conforme Pareceres n. 152 e 337/22/NUGEO bem como Relatório n. 019/2GPMA/BPMA/2022.”*, pertencente a Valdo Lemes de Oliveira.

DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA PRIMEIRA: O COMPROMISSÁRIO, Valdo Lemes de Oliveira, reconhece a ocorrência de dano ambiental, em razão de desmatamento ilegal de 7,39 hectares de vegetação nativa em área proposta para reserva legal e em área de preservação permanente, em desacordo as demais normas, regimentos, e princípios ambientais.

CLÁUSULA SEGUNDA: considerando a necessidade de indenizar os danos causados ao meio ambiente pelo desmatamento de vegetação nativa, na propriedade rural Fazenda Jandaia, em Caracol-MS, sem autorização legal para tanto, assume o COMPROMISSÁRIO, por meio do presente termo de ajustamento de conduta, tendo por base o princípio do poluidor-pagador, a obrigação de indenizar e compensar o Meio Ambiente mediante a destinação de importância pecuniária no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), cujo pagamento dar-se-á à vista no dia 07/07/2023.

PARÁGRAFO ÚNICO: o valor deverá ser destinado à Conta do Conselho Municipal de Segurança de Bela Vista-MS (CNPJ: 21.911.658/0001-25), Conta Corrente nº 22.452-9, agência 0267-4, Banco do Brasil

CLÁUSULA TERCEIRA: o COMPROMISSÁRIO cumprirá os PRADAS apresentados nos termos de seus cronogramas, a fim de regularizar a área de reserva legal, sem prejuízo de eventuais alterações que se mostrem necessárias, desde que autorizadas pelo órgão ambiental competente.

Bela Vista-MS, 07 de julho de 2023.

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR
Promotor de Justiça

**EXTRATO: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

Inquérito Civil 06.2019.00001351-4

COMPROMITENTE: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, por meio da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Bela Vista-MS.

COMPROMISSÁRIO: Kassiana Viero Orlandi - Fazenda Terra Nova

OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL

O presente Termo de Ajustamento de Conduta é decorrente do Inquérito Civil nº 06.2019.00001351-4, instaurado pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Bela Vista/MS, tendo por objeto “apurar *suposto dano ambiental em razão da exploração de 43,38 hectares de vegetação nativa na propriedade denominada Fazenda Terra Nova em Caracol/MS*”, de propriedade da senhora Kassiana Viero Orlandi.

DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA PRIMEIRA: a COMPROMISSÁRIA, Kassiana Viero Orlandi, reconhece a ocorrência de dano ambiental, em razão de desmatamento ilegal de 43,38 hectares de vegetação nativa em sua propriedade, Fazenda Terra Nova, localizada em Caracol-MS, sem autorização legal para tanto, em desacordo as demais normas, regimentos, e princípios ambientais.

CLÁUSULA SEGUNDA: considerando a necessidade de indenizar os danos causados ao meio ambiente pelo desmatamento de vegetação nativa, na propriedade rural Fazenda Terra Nova, em Caracol-MS, sem autorização legal para tanto, assume a COMPROMISSÁRIA, por meio do presente termo de ajustamento de conduta, tendo por base o princípio do poluidor-pagador, a obrigação de indenizar e compensar o Meio Ambiente mediante a destinação de importância pecuniária no valor de R\$19.000,00 (dezenove mil reais) - cujo pagamento dar-se-á da seguinte forma: 10 parcelas iguais, no valor de R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais), com primeiro vencimento para o dia 10/07/2023 e último vencimento para o dia 10/04/2024.

Parágrafo único: o valor deverá ser destinado à Conta do Conselho Municipal de Segurança de Bela Vista-MS, Conta Corrente nº 22.452-9, agência 0267-4, Banco do Brasil, CNPJ: 21.911.658/0001-25.

Bela Vista-MS, 07 de julho de 2023.

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR

Promotor de Justiça

EXTRATO: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Inquérito Civil 06.2018.00001572-0 / 06.2020.00000655-7 / 06.2021.00001142-0

COMPROMITENTE: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, por meio da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Bela Vista-MS.

COMPROMISSÁRIO: Nilton Fernando Rocha Filho - Fazenda Vaca Mocha

OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL

O presente Termo de Ajustamento de Conduta é decorrente dos Inquéritos Cíveis nº 06.2018.00001572-0, 06.2020.00000655-7 e 06.2021.00001142-0, instaurados pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Bela Vista/MS.

DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA PRIMEIRA: O COMPROMISSÁRIO Nilton Fernando Rocha Filho reconhece a supressão ambiental em áreas de preservação permanente e em área proposta como de reserva legal, em sua propriedade, Fazenda Vaca Mocha, localizada em Caracol-MS, o qual contraria em desacordo as demais normas, regimentos, e princípios ambientais, conforme apurado no IC nº 06.2018.00001572-0.



CLÁUSULA SEGUNDA: O COMPROMISSÁRIO, Nilton Fernando Rocha Filho, reconhece a ocorrência de supressão ambiental, em uma área de 7,76 hectares de vegetação localizada em área proposta como de reserva legal e 0,60 hectares de vegetação localizada em área de preservação permanente, em sua propriedade, Fazenda Vaca Mocha, localizada em Caracol-MS, sem autorização legal para tanto, em desacordo as demais normas, regimentos, e princípios ambientais, conforme apurado no IC nº 06.2020.00000655-7.

CLÁUSULA TERCEIRA: O COMPROMISSÁRIO, Nilton Fernando Rocha Filho, reconhece a ocorrência de supressão ambiental, em razão de desmatamento ilegal de 9,36 hectares de vegetação localizada em área proposta para constituição de reserva legal e 12,55 hectares de vegetação remanescente, em sua propriedade, Fazenda Vaca Mocha, localizada em Caracol-MS, sem autorização legal para tanto, em desacordo as demais normas, regimentos, e princípios ambientais, conforme apurado no IC nº 06.2021.00001142-0.

CLÁUSULA QUARTA: considerando a necessidade de indenizar os danos causados ao meio ambiente na propriedade rural Fazenda Vaca Mocha, em Caracol-MS, assume o COMPROMISSÁRIO, por meio do presente termo de ajustamento de conduta, tendo por base o princípio do poluidor-pagador, a obrigação de indenizar e compensar o Meio Ambiente mediante a destinação de importância pecuniária no valor de R\$ 30. 270,00(trinta mil, duzentos e setenta reais), em duas parcelas iguais e sucessivas de R\$ 15.135,00 (quinze mil, cento e trinta e cinco reais) cada, com vencimento para os dias 15 de julho de 2023 e 15 de agosto de 2023.

Parágrafo único: o valor deverá ser destinado à Conta do Conselho Municipal de Segurança de Bela Vista-MS, Conta Corrente nº 22.452-9, agência 0267-4, Banco do Brasil, CNPJ: 21.911.658/0001-25.

CLÁUSULA QUINTA: o COMPROMISSÁRIO cumprirá os PRADAS apresentados nos termos de seus cronogramas, sem prejuízo de eventuais alterações que se mostrem necessárias, desde que autorizadas pelo órgão ambiental competente, sendo que a fiscalização ficará a cargo do órgão ambiental IMASUL.

CLÁUSULA SEXTA: O COMPROMISSÁRIO promoverá a regularização das áreas propostas para reserva legal, não se obstando a sua alteração, desde que aprovada pelo órgão ambiental competente.

CLÁUSULA SÉTIMA: O COMPROMISSÁRIO promoverá, no prazo máximo de 48 meses, a contar da assinatura do TAC, o isolamento da área de reserva legal e da área de preservação permanente mediante instalação de cerca, objetivando garantir sua regeneração natural, bem como prevenindo que a regeneração mediante plantio ou reflorestamento, entre outras, não seja prejudicada pela ação antrópica ou de animais de criação (bovinos, caprinos, equinos, etc), sendo que sua fiscalização ficará a cargo do órgão ambiental IMASUL.

Bela Vista-MS, 07 de julho de 2023.

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0029/2023/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000 Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2023.00007055-0

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Nilton Fernando Rocha Filho, Fazenda Vaca Mocha

Assunto: Acompanhar Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos dos Inquéritos 06.2018.00001572-0; 06.2020.00000655-7 e 06.2021.00001142-0

Bela Vista/MS, 30/06/2023

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR
Promotor de Justiça

**EDITAL N° 0030/2023/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000 Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC n° 09.2023.00007345-8

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Fazenda Terra Nova

Assunto: Acompanhar Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil n. 06.2019.00001351-4

Bela Vista/MS, 07/07/2023

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR

Promotor de Justiça

ELDORADO**06.2023.00000509-2****EDITAL N° 0004/2023/PJ/EDD**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Eldorado/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Assis Chateaubriand, 1.555, Bairro das Palmeiras, nesta cidade.

Inquérito Civil: n° 06.2023.00000509-2

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Fábio Páscua Telles de Menezes

Assunto: apurar eventuais irregularidades consistentes em supressão irregular de 7,35 hectares nas coordenadas 23°52'01.9"S 54°14'33.4"W, em Área de Preservação Permanente, realizada sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n° 491/22/CEIPPAM e Relatório de Fiscalização Ambiental n° 020/3°GPMA/2°PEL/5°CIA/BPMA/2021.

Eldorado/MS, 10 de julho de 2023

FABIO ADALBERTO CARDOSO DE MORAIS

Promotor de Justiça

FÁTIMA DO SUL**AUTOS N. MP: 09.2022.00004598-0**

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas

Objeto: Acompanhar a Implementação do Fluxo de Atendimento de Crianças e Adolescentes Vítimas e Testemunhas de Violência no Município de Fátima do Sul/MS, conforme preconizado na Lei n. 13.431/17 e no Decreto n. 9.603/18.

RECOMENDAÇÃO n. 0001/2023/02PJ/FSU

Ementa: Recomenda providências para a elaboração do Plano Municipal destinado à Prevenção, ao Enfrentamento e ao Atendimento Especializado de Crianças e Adolescentes Vítimas e Testemunhas de Violência (Lei n. 13431/17 e Decreto n. 9603/18).



O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por seu Promotor de Justiça, no uso de suas atribuições, no bojo do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas n. 09.2022.00004598-0, instaurado no âmbito da 2ª Promotoria de Justiça de Fátima do Sul, com fundamento no art. 201, §5º, alínea "c", da Lei Federal n. 8.069/1990 (ECA), na Resolução n. 164/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, e na Resolução n. Resolução n. 005/2012, de 13 de setembro de 2012, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado Mato Grosso do Sul:

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Fátima do Sul/MS informou que não implantou o "Plano Municipal de Prevenção e Atendimento de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência", entretanto, estão articulando sua implementação (fl. 201);

CONSIDERANDO que o Município de Fátima do Sul/MS informou que: (a) não há, atualmente, local apropriado e acolhedor destinado à escuta especializada de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência nas Secretarias Municipais de Assistência Social e de Saúde e Higiene Pública no Município de Fátima do Sul; (b) em relação à capacitação da rede de atendimento sobre os cuidados necessários à escuta especializada, até o presente momento não foram oferecidos cursos, devendo ser observadas as dificuldades reais do gestor em adotar procedimentos administrativos para aplicação da nova legislação (art. 22 da LINDB); (c) o Município de Fátima do Sul não tem disponível modelo próprio de registro/ficha de informações para compartilhamento com o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e, nesse caso, o Município passa a aplicar o Modelo de ficha de notificação compulsória constante do Anexo X do Guia prático para implementação da política de atendimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência do Conselho Nacional do Ministério Público (fls. 189/198);

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Higiene e Saúde Pública de Fátima do Sul/MS apresentou resposta, aduzindo que as unidades básicas de saúde, quando observam, recebem revelação espontânea ou denúncia de violência, entram imediatamente em contato com a equipe do Conselho Tutelar, disponibilizando as informações, sendo o Conselho Tutelar a via de notificação utilizada; (a) nos casos de violência psicológica, encaminham ao setor de psicologia e, quanto aos outros tipos de violência, assim que recebida a demanda da rede, realizam a inclusão nos serviços necessários como psicologia e/ou outra especialidade médica, dando prioridade máxima; (b) quanto ao quantitativo das unidades básicas nos últimos 90 dias, não houve registros de nenhum caso; quanto aos retrovirais e aborto legal, as unidades básicas não dispõem, mas encaminham ao Hospital da SIAS (fl. 172);

CONSIDERANDO também que a Secretaria Municipal de Higiene e Saúde Pública de Fátima do Sul/MS anexou as informações prestadas pelo Hospital da Sias (fl. 173): (a) em caso de violência sexual em crianças e adolescentes, o Conselho Tutelar do Município é informado, o profissional médico atende a vítima e prescreve a primeira dose de retroviral, que é administrada no Hospital, sendo que o *kit* é disponibilizado através do SAE de Dourados, sendo a reposição feita sempre que é utilizado; nos casos em que não possível constatar a violência sexual, o encaminhamento é feito pelo Conselho Tutelar para Dourados; em casos de lesões graves, casos que caracterizam emergência que não conseguem resolver no Hospital, é realizada a solicitação de vaga via regulação de leitos CORE, para dar atendimento especializado; (b) não há registros de casos de aborto legal que tenham passado pelo serviço nos últimos anos, porém, quando vier a acontecer, será comunicado ao Conselho Tutelar via telefone, através do serviço social e de psicologia do Hospital e após o atendimento médico dar-se-á sequência ao caso (fl. 173).

CONSIDERANDO que a Secretaria de Assistência Social de Fátima do Sul/MS apresentou ofício-resposta nos seguintes termos: (a) juntou Plano de Trabalho e Atendimento do CREAS (fls. 180/182); (b) o CREAS conta com a articulação da Secretaria de Saúde e Higiene Pública, para onde fazem os encaminhamentos, no intuito das crianças e adolescentes serem acompanhados por psicólogos e, quando necessário; por psiquiatra; contam também com a Secretaria de Educação, pois, com parcerias nas escolas estaduais e municipais, conseguem acompanhar os menores, também ofertando palestras, panfletagens e orientação acerca de temas importantes, como o 18 de maio (Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes) e o 12 de junho (Dia Mundial contra o Trabalho Infantil); esse ano, em Fátima do Sul, farão um trabalho de conscientização com os beneficiários do Auxílio Brasil e, nessa data, promoverão reflexões sobre o direito de todas as crianças à infância segura, à educação e à saúde, livres da exploração infantil e de outras violações; (c) a estrutura de pessoal é composta por: 01 coordenador, 01 assistente social, 01 psicólogo, 01 orientador social, 01 auxiliar administrativo, 01 auxiliar de serviços gerais e 01 motorista; a estrutura física compreende: 01 sala da coordenadora, 01 sala da equipe técnica, 01 sala da orientadora social, 01 sala de uso coletivo, 01



recepção, 01 cozinha, 01 garagem, 02 banheiros internos e 01 banheiro externo; o horário de funcionamento é das 01h às 17h; (d) foram realizados 147 atendimentos nos últimos 90 dias (fls. 177/178);

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Educação de Fátima do Sul/MS informou que: (a) a rede municipal de educação ainda não tem nenhum plano de trabalho elaborado detalhando como deve ser executada a intervenção na escola, contudo, como profissionais da educação, possuem um olhar e um cuidado pedagógico para atenção aos estudantes, cientes de que a escola deve estar imbuída na garantia de ser um caminho que também garanta a proteção às vítimas e testemunhas de violências; (b) a rede não possui nenhum fluxo, entretanto, havendo indícios ou suspeitas, todos os envolvidos no processo educacional têm orientação para as devidas intervenções e para que estas sejam as mais rápidas e com isso gere menos sofrimento para as vítimas, fazendo, assim, comunicação com a direção da escola e, posteriormente, a um dos órgãos de proteção: Conselho Tutelar, Saúde, Assistência social ou Delegacias; (c) todos os profissionais são orientados verbalmente em reuniões, palestras, sessões de estudos (não possuem documentação), no sentido de que devem estar sempre preparados para seguir os procedimentos de escuta e ater-se aos depoimentos, muitas vezes espontâneos (não invasivos), dos estudantes, sendo o acolhimento o primeiro passo, depois registrar o relato, encaminhar para o atendimento emergencial e comunicar o Conselho Tutelar (fl. 166);

CONSIDERANDO que a Delegacia de Atendimento à Mulher de Fátima do Sul/MS e da 1ª Delegacia de Polícia de Fátima do Sul/MS nos seguintes termos: (a) os exames de corpo de delito são realizados inicialmente no Hospital do SIAS, nesta cidade; com o "atestado" de lesão corporal, encaminham-no ao Núcleo Médico Legista de Dourados-MS, uma vez que a regional ainda não conta com núcleo de perícia médica adequado ao atendimento dessas vítimas; diferente é a situação dos exames nos casos de crimes sexuais: quando há a notícia de violência sexual, as equipes verificam a possibilidade de os familiares deslocarem imediatamente à Dourados para realização do exame de sexologia forense e, caso não haja possibilidade de a família fazê-lo, seja por falta de condições financeiras, falta de transporte ou outra situação, as equipes da DAM e da 1ª DP têm realizado o deslocamento, com viatura, para garantir a realização do exame e, se for o caso, do encaminhamento da vítima ao Hospital Universitário para que a vítima seja submetida ao tratamento adequado a evitar gravidez indesejada e/ou doenças sexualmente transmissíveis; (b) não há um profissional desta área cedido exclusivamente para a Delegacia de Atendimento à Mulher de Fátima do Sul ou para a 1ª Delegacia de Polícia, sendo que solicitam o atendimento psicossocial ao CREAS em todos os casos de violência contra crianças e adolescente, seja ela de natureza sexual ou não; os relatórios do CREAS são anexados aos Inquéritos Policiais para instruir a investigação; (c) as Delegacias ainda não contam com o material adequado para realizar o depoimento especial, qual seja, uma câmera com excelente qualidade de vídeo e de áudio anexada ao computador para essa realização (fl. 163).

CONSIDERANDO que as informações colacionadas às fls. 163/201, devidamente relatadas no despacho de prorrogação de fls. 216/225 e acima, concluiu-se a necessidade de o Município adequar seus órgãos, programas, estruturas e orçamento às disposições da legislação federal relativa à política de atendimento dos direitos da infância e juventude, nos moldes do previsto nos arts. 88, inciso I, e 259, parágrafo único, ambos da Lei n. 8.069/90, para que seja atingida a finalidade da Lei n. 13.431/17 e do Decreto n. 9.603/18;

CONSIDERANDO que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à dignidade, ao respeito, e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, exploração, violência, crueldade e opressão, sendo punido, na forma da lei, qualquer atentado, por ação ou omissão, a seus direitos fundamentais (art. 227, *caput*, da Constituição da República de 1988 e artigos 4º, 5º, 13, 130 e 245, todos da Lei n. 8.069/90);

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente reforça esta proteção, dispondo que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais (art. 5º, da Lei n. 8.069/90);

CONSIDERANDO que o direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais (art. 17, da Lei n. 8.069/90);

CONSIDERANDO que é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor (art. 18, da Lei n. 8.069/90);



CONSIDERANDO que é dever dos profissionais que atendem vítimas crianças e adolescentes adotar medidas para antecipar, limitar e reduzir o número de entrevistas e declarações, dando efetividade aos princípios da intervenção precoce e da intervenção mínima (art. 100, parágrafo único, incisos VI e VII, da Lei n. 8.069/90) e demais direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO que a Lei n. 13.431, de 4 de Abril de 2017, estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), prevendo a realização da escuta especializada, que é o procedimento de entrevista sobre situação de violência com a criança ou adolescente perante o órgão da rede de proteção, e o depoimento especial, que é o procedimento de oitiva da criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária (art. 7º e 8º da Lei n. 13.431/2017);

CONSIDERANDO que a referida lei determina a integração entre os órgãos que executam as políticas de atendimento de crianças e adolescentes, trazendo obrigações nas áreas de saúde, assistência social, segurança pública e Justiça, prevenindo a violência institucional e a revitimização;

CONSIDERANDO que o poder público poderá criar programas, serviços ou equipamentos que proporcionem atenção e atendimento integral e interinstitucional às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, compostos por equipes multidisciplinares, contando com delegacias especializadas, serviços de saúde, perícia médico-legal, serviços socioassistenciais, entre outros, e deverão estabelecer parcerias em caso de indisponibilidade de serviços de atendimento;

CONSIDERANDO que a integração entre os órgãos que executam as políticas públicas de atendimento, na forma prevista pela Lei n. 13.431/2017, concretiza-se através da implementação de serviço de atendimento articulado, que deverá ser dotado de recursos materiais e humanos necessários ao adequado atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência;

CONSIDERANDO a necessidade de que haja acolhimento em serviços de referência, de espaço de escuta qualificada e privacidade para propiciar ambiente de confiança e respeito à vítima (art. 2º, I, II e III do Decreto Presidencial acima citado);

CONSIDERANDO que a violência sexual é uma das piores formas de violência contra a criança e o adolescente e que, conforme dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil, “a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente” (artigo 227, § 4º);

CONSIDERANDO que os casos de violência sexual praticados contra crianças e adolescentes são cada vez mais notificados pela população em geral às autoridades públicas, na busca da responsabilização prevista no citado artigo 227, § 4º, da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO que a demora na coleta das provas periciais, físicas e psíquicas, e crimes sexuais, sobretudo praticados contra crianças e adolescentes, prejudica a apuração dos fatos, além de agravar o trauma resultante do ilícito;

CONSIDERANDO a necessidade de propiciar à vítima de violência, especialmente de natureza sexual, atendimento humanizado e multidisciplinar, não só na área da assistência social e saúde, mas também quando da realização do registro de ocorrência, através de escuta qualificada ou do depoimento especial da criança e do adolescente, e da realização da perícia médico legal, permanecendo em instalações adequadas e com profissionais capacitados e com perfil para este atendimento;

CONSIDERANDO que na área da saúde a referida lei dispõe sobre a criação, pelos Municípios, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), de serviços para atenção integral à criança e ao adolescente em situação de violência, de forma a garantir atendimento acolhedor (art. 17 da Lei n. 13.431/2017);

CONSIDERANDO a necessidade de instalação do serviço de atendimento integrado em equipamento da área de saúde municipal, que funcione, de preferência, ininterruptamente, a fim de garantir o pronto atendimento das crianças e adolescentes vítimas, especialmente nos casos de emergência;



CONSIDERANDO o documento “Linha de Cuidado para a Atenção Integrada à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violência - Orientação para Gestores e Profissionais de Saúde”, publicado pelo Ministério da Saúde em 2010, que busca articular a produção do cuidado desde a atenção primária até o mais complexo nível de atenção, exigindo ainda a interação com os demais sistemas para a garantia de direitos, proteção e defesa de crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO, nesse contexto, o disposto no Decreto Presidencial n. 7.958, de 13 de março de 2013, que estabelece diretrizes para o atendimento humanizado às vítimas de violência sexual e atuação integrada entre os profissionais da área de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS);

CONSIDERANDO a Portaria n. 528 do Ministério da Saúde, de 1º de abril de 2013, que define regras para habilitação e funcionamento dos Serviços de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), determinando que os serviços de referência funcionem ininterruptamente, ou seja, em regime integral, 24 (vinte e quatro) horas por dia e nos 7 (sete) dias da semana (artigo 10);

CONSIDERANDO que, na esteira do reconhecimento da necessidade de atendimento rápido e integrado às vítimas de violência sexual, foi editada a Lei n. 12.845, de 1º de agosto de 2013, determinando que os hospitais integrantes do SUS ofereçam atendimento emergencial integral e multidisciplinar às vítimas de violência sexual, sendo obrigatórios o amparo médico, psicológico e social imediatos, a facilitação do registro de ocorrência e a coleta dos materiais necessários para exames;

CONSIDERANDO que uma das principais diretrizes da política de atendimento de crianças e adolescentes é a municipalização, na medida em que é no âmbito dos Municípios que a população infantojuvenil exerce efetivamente os seus direitos fundamentais (artigo 88, inciso I, da Lei n. 8.069/90);

CONSIDERANDO que o Decreto n. 7.958/2013 assegura que durante o atendimento é preciso observar os princípios do “respeito da dignidade da pessoa, da não discriminação, do sigilo e da privacidade”, além de aspectos como:

- O devido acolhimento em serviços de referência;
- A disponibilização de espaço de escuta qualificada com privacidade, de modo a proporcionar ambiente de confiança e respeito;
- A informação prévia das pessoas em situação de violência sexual, assegurada a compreensão sobre o que será realizado em cada etapa do atendimento e a importância das condutas profissionais, respeitada sua decisão sobre a realização de qualquer procedimento; e
- A divulgação de informações sobre a existência de serviços de referência para atendimento à violência sexual;

CONSIDERANDO que o Decreto n. 7.958/2013 assegura que o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais da rede SUS compreenderá, dentre outras, o preenchimento da ficha de Notificação Compulsória de violência doméstica, sexual e outras formas de violências;

CONSIDERANDO que a Portaria n. 204/2016, do Ministério da Saúde, em seu art. 3º determina que a notificação compulsória é obrigatória para os médicos, outros profissionais de saúde ou responsáveis pelos serviços públicos e privados de saúde, que prestam assistência ao paciente, em conformidade com o artigo 8º da Lei n. 6.259, de 30 de outubro de 1975;

CONSIDERANDO que a Portaria n. 204/2016, do Ministério da Saúde, em seu art. 3º, § 1º, determina que a notificação compulsória será realizada diante da suspeita ou confirmação de doença ou agravo, observando-se, também, as normas técnicas estabelecidas pela SVS/MS;

CONSIDERANDO que a Portaria n. 204/2016, do Ministério da Saúde, em seu art. 4º e parágrafo único, determina que a notificação compulsória imediata deve ser realizada pelo profissional de saúde ou responsável pelo serviço assistencial que presta o primeiro atendimento ao paciente, em até 24 (vinte e quatro) horas desse atendimento, pelo meio mais rápido disponível e que a autoridade de saúde que recebe a notificação compulsória imediata deverá informá-la, em até 24 (vinte e quatro) horas desse recebimento, às demais esferas de gestão do SUS, o conhecimento de qualquer uma das doenças ou agravos constantes no anexo (violência sexual ocupa a 48ª posição da lista anexa à referida portaria);



CONSIDERANDO que a Portaria n. 204/2016, do Ministério da Saúde, em seu art. 5º, determina que a notificação compulsória semanal será feita à Secretaria de Saúde do Município do local de atendimento do paciente com suspeita e conformação de doença ou agravo de notificação compulsória;

CONSIDERANDO que a Portaria 204/2016, do Ministério da Saúde, em seu art. 6º, determina que a notificação compulsória, independente da forma como realizada, também será registrada em sistema de informação em saúde e seguirá o fluxo de compartilhamento entre as esferas de gestão do SUS estabelecido pela SVS/MS;

CONSIDERANDO que frente a todas as indicações necessárias à garantia de atenção humanizada e integral às pessoas em situação de violência sexual, cabe ressaltar que compete aos gestores(as) de saúde nos Municípios, Estados e Distrito Federal implantar, implementar e garantir sustentabilidade às ações e o maior número possível de serviços de referência;

CONSIDERANDO que acolhimento engloba o tratamento digno e respeitoso, a escuta, o reconhecimento e a aceitação das diferenças, o respeito ao direito de decidir de mulheres e homens, assim como o acesso e a resolatividade da assistência. A capacidade de escuta, sem pré-julgamentos e imposição de valores, a aptidão para lidar com conflitos, a valorização das queixas e a identificação das necessidades são pontos básicos do acolhimento que poderão incentivar as vítimas a falarem de seus sentimentos e necessidades;

CONSIDERANDO que o Decreto n. 9.603/2018, que regulamentou a Lei n. 13.431/2017, dispôs em seu art. 9º acerca da criação de um comitê de gestão colegiada da rede de cuidado e de proteção social das crianças e dos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, com a finalidade de articular, mobilizar, planejar, acompanhar e avaliar as ações da rede intersetorial, além de colaborar para a definição dos fluxos de atendimento e o aprimoramento da integração do referido comitê, fixando o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para sua efetiva criação;

CONSIDERANDO que foi concedido o prazo de 180 (cento e oitenta dias), contado da data de publicação do Decreto n. 9.603/18, para a instituição, em âmbito municipal, do comitê de gestão colegiada da rede de cuidado e de proteção social das crianças e dos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, com a finalidade de articular, mobilizar, planejar, acompanhar e avaliar as ações da rede intersetorial, além de colaborar para a definição dos fluxos de atendimento e o aprimoramento da integração do referido comitê (art. 9º);

CONSIDERANDO que o art. 3º da Resolução n. 164/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, preconiza a possibilidade de expedição de recomendação pelo Ministério Público, objetivando o respeito e a efetividade dos direitos e interesses que lhe incumba defender, de ofício ou mediante provocação, nos autos de inquérito civil, procedimento administrativo ou procedimento preparatório;

RESOLVE RECOMENDAR À PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE FÁTIMA DO SUL (CMDCA), SRA. SIMONE FREITAS CORDEIRO e À EXCELENTÍSSIMA PREFEITA MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL/MS, SRA. ILDA SALGADO MACHADO para a adoção das seguintes providências:

1- Instituir, no prazo de 30 (trinta) dias, no âmbito do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, por Resolução, o Comitê de Gestão Colegiada da rede de cuidado e de proteção social das crianças e dos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, conforme previsto no Decreto n. 9.603/18 e na Resolução CONANDA n. 235, 12/05/2023 (*Estabelece aos Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente a obrigação de implantação de Comitês de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social das Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência nas suas localidades*); (*sugestão de modelo de Resolução CMDCA criando o comitê no anexo*);

2- Elaborar, em parceria com o Comitê de Gestão Colegiada, e aprovar, no prazo de 90 (noventa) dias após a instituição do Comitê, com a devida publicação nos órgãos oficiais competentes, o Plano Municipal Decenal destinado à prevenção, ao enfrentamento e ao atendimento especializado de crianças e adolescentes vítimas de violência, em suas mais variadas formas, com ênfase para os casos de abuso e exploração sexual, compreendendo ações integradas desenvolvidas pelos mais diversos setores da administração, com a mais absoluta prioridade, em respeito ao disposto no art.4º, *caput* e par. único, da Lei n. 8.069/90 e art.227, *caput*, da Constituição Federal; (*sugestão de modelo de Plano Municipal anexo*);



2.1- Dentre outras ações e programas, o referido Plano Municipal deverá contemplar:

a) A elaboração e implementação, nas escolas e unidades de saúde, públicas e privadas, em funcionamento no município, de uma “Ficha de Notificação Obrigatória” dos casos em que há mera *suspeita* da prática de violência contra crianças e adolescentes, a ser preenchida e encaminhada às autoridades competentes pelos profissionais da educação e saúde, nos moldes do previsto nos arts. 13 e 56, inciso I, da Lei n. 8.069/90;

b) A adequação dos serviços de saúde, educação e assistência social, no sentido de proporcionar atendimento prioritário aos casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos, abuso ou exploração sexual de crianças e adolescentes, em atendimento ao disposto no artigo 4º, *caput* e parágrafo único, alínea b c/c artigo 259, parágrafo único, da Lei n. 8.069/90;

c) A criação de protocolos, fluxos e/ou sistemas de atenção e/ou atendimento, com enfoque intersetorial, de modo a prevenir a revitimização institucional das crianças e adolescentes, sendo que os atendimentos deverão ser de forma articulada, evitando superposição de tarefas, mediante priorização da cooperação entre os órgãos, serviços, programas e equipamentos;

d) A oferta de formação continuada aos dirigentes, equipes técnicas e funcionários das entidades de acolhimento de crianças e adolescentes da rede própria e conveniada, na perspectiva de identificação de casos suspeitos de violência e atendimento das vítimas inseridas no programa respectivo;

e) A oferta de formação continuada aos trabalhadores da Saúde, Assistência Social, Educação e do Conselho Tutelar, no âmbito das notificações e atendimento de situações de violência;

f) A coleta e a sistematização de dados relativos à violência contra crianças e adolescentes, com o monitoramento permanente dos programas e ações desenvolvidas e a reavaliação periódica de sua efetividade;

g) A implementação de serviços de atendimento integrado a crianças e adolescentes vítimas de violência no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), que ofereça atendimento à população infantojuvenil vítima de violência sexual, incluindo a realização de profilaxia para Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), atendimentos de emergência em casos de estupro, atendimento clínico, dentre outros, integrando também o referido serviço um posto avançado da delegacia de polícia civil e a realização de exame pericial;

h) A oferta de programas e serviços destinados ao atendimento dos pais/responsáveis pelas crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas, inclusive aqueles correspondentes às medidas relacionadas nos artigos 18-B e 129, incisos I a IV, da Lei n. 8.069/90.

3- Providenciar o remanejamento dos recursos orçamentários que se fizerem necessários junto ao orçamento municipal para o custeio das ações e programas que demandem execução imediata, observadas as disposições da Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e outros comandos legais e constitucionais que regem os gastos públicos;

4- Encaminhar a esta Promotoria de Justiça, no prazo máximo de 100 (cem) dias, o Plano Municipal, com o CRONOGRAMA de implementação das ações, programas e serviços nele previstos, sem prejuízo da implementação, desde logo, das ações que demandem mera adequação dos programas e serviços já existentes, bem como remanejamento de pessoal e outras iniciativas relacionadas à articulação e integração operacional de órgãos governamentais, com ênfase para:

a) A instituição, em caráter formal, por meio de Resolução do CMDCA ou Decreto da Sra. Prefeita Municipal, da “*rede de proteção*” (*sugestão de modelo anexa*) à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência, composta pelos diversos órgãos públicos corresponsáveis pelo atendimento desta demanda, com a elaboração de regimento interno, definição de calendário de reuniões e fornecimento de todo suporte administrativo necessário para seu funcionamento;

b) A designação de servidores (titular e suplente) que irão representar cada órgão integrante da “*rede de proteção*” nas suas reuniões e outras atividades a seu cargo;



c) A criação, no âmbito da “rede de proteção”, de mecanismos de informação, referência, contrarreferência e monitoramento (nos moldes do previsto no artigo 14, §1º, inciso III, da Lei n 13.431/2017), com o registro das atividades desenvolvidas, inclusive para os fins preconizados pelo inciso VIII do mesmo dispositivo;

d) A criação, no âmbito da “rede de proteção”, do “Serviço de Recebimento e Monitoramento de Denúncias”, a que alude o artigo 13, *caput*, da Lei n. 13.431/2017, com a definição de suas atribuições específicas;

e) A articulação de ações/integração operacional entre a “rede de proteção” e os Sistemas de Justiça e de Segurança Pública, de modo a obter, sempre que necessário, o diálogo e a cooperação mútua na busca da melhor forma de atendimento às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência e suas respectivas famílias, com compartilhamento de informações, prevenindo a revitimização e a violência institucional.

Expeçam-se notificações ao Município de Fátima do Sul/MS e à Presidente do CMDCA de Fátima do Sul/MS: (i) para conhecimento e providências da presente Recomendação Ministerial; (ii) o Ministério Público Estadual deverá ser comunicado pelos recomendados (Prefeita Municipal e Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente), por escrito (*através do e-mail 2pjfatimadosul@mpms.mp.br*), no prazo de 20 (vinte) dias, a partir do recebimento da presente, se a Recomendação Ministerial será acolhida; (iii) os destinatários ficam advertidos de que o descumprimento da presente recomendação constitui em mora quanto às providências indicadas, ensejando a omissão quanto à adoção das medidas recomendadas no manejo de medidas administrativas e ações judiciais cabíveis contra o(s) inerte(s).

Expeçam-se ofícios e encaminhem-se cópias desta Recomendação aos Juízes de Direito da Comarca de Fátima do Sul/MS, à Secretaria Municipal de Assistência Social, à Secretaria Municipal de Saúde, à Secretaria Municipal de Educação (*todas de Fátima do Sul/MS*), à Delegacia Regional de Fátima do Sul/MS, à 1ª Delegacia de Polícia de Fátima do Sul/MS, à Delegacia de Atendimento à Mulher de Fátima do Sul/MS, ao Presidente da Câmara de Vereadores de Fátima do Sul/MS, à Diretora do Hospital da SIAS de Fátima do Sul/MS, ao Defensor Público Estadual atuante na Comarca, ao Centro de Apoio das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude do MPMS, para melhor conhecimento, divulgação e participação junto ao Comitê de Gestão Colegiada a ser implementado pelo CMDCA.

Publique-se no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP).

Cumpra-se. Às providências necessárias.

Fátima do Sul/MS, 05 de julho de 2023.

RODRIGO CINTRA FRANCO
Promotor de Justiça